

Contribuições da educação não formal para inclusão de pessoas cegas:

Um estudo realizado na associação beneficente dos cegos do Recife

MACENA, Keyla Patrícia da Silva¹

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

SOARES, Michelle Beltrão²

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

RESUMO

Este artigo discute a educação não formal como proposta para a inclusão social de pessoas com deficiência, a partir da análise dos impactos da educação não formal na vida de cegos beneficiários da Associação Benéfico dos Cegos do Recife (ASSOBECER). Deste modo, a investigação foi dividida em três etapas, sendo elas: o estudo de campo da Associação, e o aprofundamento teórico, baseado principalmente em Maria da Glória Gohn (2014), Moacir Gadotti (2005), Adriano Nuernberg (2008) e Maria Lucia Amiralian (1997), que discutem como a educação não formal tem contribuído para a inclusão social, bem como, sobre processos de aprendizagem de pessoas deficientes. Na última fase, os resultados da análise dos dados através das observações de campo e entrevistas semiestruturadas, proporcionaram identificar a relevância da educação não formal para os beneficiários. Estes conseguiam ter apoio da referida instituição, usufruindo não apenas dos benefícios que a casa oferecia, como também recebiam informações acerca do que fazer fora da instituição em relação a educação formal e seus direitos constitucionais. Com isso, espera-se contribuir para uma reflexão acerca da importância da educação não formal como meio de formação pessoal e profissional de deficientes visuais.

Palavras-chave: Educação não formal. Deficiência Visual. Inclusão social.

Contributions from non-formal education to inclusion of blind people:

1 Mestranda em Estudos da Linguagem (UFRPE). Graduada em Pedagogia (UFPE) e em Letras (FAFIRE).

Email: keylamacena@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4975878581443003>. Orcid:

<https://orcid.org/0000-0001-9107-6075>.

2 Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco/SEDE.

Email: michellebssales@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1145653737118181>. Orcid:

<https://orcid.org/0000-0001-5974-6569>.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.8 N.16 [2022]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.246083>

a study carried out in the beneficent association of blind Recife

ABSTRACT

This article discusses non-formal education as a proposal for the social inclusion of people with disabilities, based on the analysis of the impacts of non-formal education on the lives of blind beneficiaries of the Associação Beneficente dos Cegos do Recife (ASSOBECER). Thus, the investigation was divided into three stages, namely: the field study of the Association, and the theoretical deepening, based mainly on Maria da Glória Gohn (2014), Moacir Gadotti (2005), Adriano Nuernberg (2008) and Maria Lucia Amiralian (1997), who discuss how non-formal education has contributed to social inclusion, as well as about learning processes for people with disabilities. In the last phase, the results of the data analysis through field observations and semi-structured interviews, provided to identify the relevance of non-formal education for the beneficiaries. Theses were able to have support from the referred institution, enjoying not Only the benefits that the house offered, but also received information about what to do outside the institution in relation to formal education and their constitutional rights. Thus, it is expected to contribute to a reflection on the importance of non-formal education as a means of personal and professional training for the visually impaired.

Keywords: Non-formal education. Visual impairment. Social inclusion.

Contribuciones de la educación no formal para la inclusión de las personas ciegas: Un estudio realizado en la asociación de caridad para los ciegos de Recife

RESUMEN



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de
Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.8 N.16 [2022]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.246083>

Este artículo aborda la educación no formal como propuesta para la inclusión social de las personas con discapacidad, a partir del análisis de los impactos de la educación no formal en la vida de los ciegos beneficiarios de la Asociación Benéfica de Ciegos de Recife (ASSOBECER). De esta manera, la investigación se dividió en tres etapas, a saber: el estudio de campo de la Asociación y la profundización teórica, con base principalmente en Maria da Glória Gohn (2014), Moacir Gadotti (2005), Adriano Nuernberg (2008) y Maria Lucia Amiralian (1997), quienes discuten cómo la educación no formal ha contribuido a la inclusión social, así como a los procesos de aprendizaje de las personas con discapacidad. En la última fase, los resultados del análisis de datos a través de observaciones de campo y entrevistas semiestructuradas permitieron identificar la relevancia de la educación no formal para los beneficiarios. Pudieron obtener el apoyo de la institución, disfrutando no solo de los beneficios que ofrecía la casa, sino también recibiendo información sobre qué hacer fuera de la institución con relación a la educación formal y sus derechos constitucionales. Con ello, se espera contribuir a una reflexión sobre la importancia de la educación no formal como medio de formación personal y profesional de las personas con discapacidad visual.

Palabras clave: Educación no formal. Discapacidad visual. Inclusión social.

INTRODUÇÃO

Diante do paradigma atual da educação inclusiva, o professor possui papel fundamental de mediador, entre o conhecimento e o aluno, no qual o desafia e o estimula na construção ativa da aprendizagem. Todavia, muitos docentes ainda enfrentam a dificuldade da prática, que diante do sistema educacional engessado e defasado, não conseguem adaptar, modificar, inovar para realmente atender as necessidades dos alunos com deficiência. Diante disso, a educação não-formal pode ser considerada uma opção integradora à



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de
Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.8 N.16 [2022]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.246083>

educação formal em prol do desenvolvimento de uma práxis educativa que realmente seja útil para o contexto do aluno deficiente e proporcione a autonomia de se construir diante dos desafios da vida social.

Uma limitação, seja ela estrutural ou funcional, não elimina a possibilidade de aprendizagens e de adaptações ao meio. Mesmo com as dificuldades enfrentadas pela educação brasileira, diferentes alternativas são apontadas para possibilitar a inclusão de pessoas deficientes, em especial os deficientes visuais, como políticas adotadas pelo Ministério da Educação brasileiro, investimento em formação docente tanto inicial quanto continuada no tocante a educação inclusiva, adequação arquitetônica dos prédios escolares, salas de recursos e de apoio pedagógico nas escolas e universidades com mobiliário, materiais adaptados e equipamentos tecnológicos como programas digitais, softwares e o sistema de Braille.

É notável que nossa sociedade ainda está caminhando em relação a inclusão efetiva de pessoas deficientes na educação escolarizada. Desta forma, surgiu a necessidade de identificar ações pedagógicas de natureza não formal desenvolvidas por e para pessoas deficientes, principalmente deficientes visuais, no município de Recife, pois a falta de expressiva participação desta parcela da população em espaços de educação formal – escolas, universidades, dentre outras – é uma constante. A presença de pessoas com deficiência visual ainda é muito pequena, mesmo que haja leis, como a LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996), que regulamentam e defendem os direitos educacionais para pessoas com deficiência (FÁVERO, 2004).

A inquietação para a pesquisa surgiu no decorrer de uma disciplina cursada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no curso de Pedagogia, acerca de educação não formal no referido estado. Questionou-se se existiriam práticas de educação não formal oferecidas de forma sistemática

no município de Recife. Assim, partiu-se para a organização da pesquisa de campo, realizada no ano de 2019.

A partir disto, o campo definido foi a Associação Beneficente dos Cegos do Recife (ASSOBECER), em Pernambuco, fundada no ano de 1928, por Manuel Vitoriano, escolhida por oferecer atividades de educação não formal para seus residentes e frequentadores. Por ser cego, o fundador não só entendia as dificuldades provocadas pela deficiência, como também percebia a necessidade de outros deficientes visuais garantirem a subsistência. A abertura desta casa se deu, inicialmente, pela crise que afetava o antigo Instituto dos Cegos em Recife, localizado na ocasião no bairro das Graças. A ASSOBECER surgiu como um amparo para aqueles que não estavam conseguindo ser beneficiados por meio das ações do Instituto dos Cegos do Recife.

Tendo isto em vista, definiu-se como objetivo principal da pesquisa identificar como a educação não formal impacta na inclusão social de deficientes visuais beneficiários da Associação Beneficente dos Cegos do Recife (ASSOBECER). Ainda, como objetivos específicos elencou-se identificar as práticas educativas que ocorriam na ASSOBECER e analisar como essas atividades impactavam na vida pessoal e profissional dos moradores e frequentadores.

A educação não formal e a inclusão social

A sociedade brasileira é muito diversificada, e isso não foge à questão educacional, já que as instituições – educacionais ou organizações não governamentais – recebem pessoas com diferentes características, credos e gêneros. Assim, é importante que todos se sintam pertencentes e incluídos nas



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de
Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.8 N.16 [2022]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.246083>

práticas e instituições escolares. Com pessoas deficientes, as atividades pedagógicas devem incluir também a adaptação de recursos e de estrutura física, bem como a socialização com os demais estudantes e comunidade escolar que devem interagir e socializar de forma efetiva (GOLDFELD, 2002).

Porém, como sabemos, a trajetória da pessoa com deficiência tem sido marcada por discriminação e lutas a favor do respeito, igualdade e cidadania. A Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015, aponta para o assecuramento e a promoção em condições de igualdade, o exercício do direito e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência; a inclusão escolar ganha destaque. O sistema educacional inclusivo constitui o direito à educação em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida. Como também descrito na referida Lei: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade, assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015).

A educação formal é normatizada por decretos e leis federais, estaduais e municipais, porém, “a educação não formal, [...] não se submete a nenhuma das regulamentações e órgãos educacionais” (RODRIGUES, 2012, p.4), mesmo que compreenda atividades pedagógicas. Desta forma, há maior flexibilidade para execução e oferecimento dessa prática educativa, necessária e importante quando se pensa em um processo educacional que prioriza a prática de atividades que favoreçam atividades culturais, esportes, trocas de vivências, entre diversas outras atividades, integrando a interdisciplinaridade e a flexibilidade como características desta modalidade de educação. A educação não-formal pode desenvolver-se nos mais variados espaços, como obras sociais, organizações não governamentais e instituições privadas e religiosas, sendo uma modalidade crescente no cenário nacional e ainda pouco explorada nos meios acadêmicos.

Como oferecida em uma instituição destinada a deficientes visuais, é importante compreender, ainda que não se esgote o assunto, o que se considera como deficiente. Entende-se por deficientes pessoas que possuem alguma limitação, seja física, sensorial ou intelectual, que pode variar de níveis, de acordo com Serrafi (2008). Em um país com aproximadamente quarenta e seis milhões de deficientes, segundo o censo do IBGE (2010), a educação formal não chega para todos eles, então, faz-se necessário ponderar sobre a educação não formal como uma possibilidade de incluí-los socialmente. É nessa perspectiva que Macena (2019) afirma ser essencial pensar a acessibilidade e a inclusão social, principalmente no tocante à educação, sendo igualmente importante perceber a diferença que existe entre tornar acessível e incluir.

É preciso que haja, para além do domínio do Braille, práticas educativas que integrem todo o espaço escolar:

Inclusão é o processo pelos quais os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. (SASSAKI, 2009, p. 1)

Com isso, é importante que não apenas o professor regente tenha formação ou especialização em educação especial, mas que também o acompanhante do estudante participe, sempre que possível, de palestras para buscar mais conhecimentos sobre a deficiência visual e possibilidades de práticas pedagógicas, pois, a perspectiva de inclusão vem justamente para ampliar as possibilidades de construir uma sociedade mais justa. Visto isto, a indicação do Ministério da Educação é que uma escola efetivamente inclusiva para pessoas com deficiência deve conter uma sala de recursos multifuncionais,

profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme o decreto nº 6.571/2008, que irá auxiliar os estudantes com deficiência de forma complementar, ou suplementar condições de acesso, participação e aprendizagem.

Partindo desse pressuposto, entende-se que a educação não formal pode contribuir para a efetivação da inclusão, especialmente de pessoas deficientes e em situações de vulnerabilidade social, exercendo um importante papel, como explica a teórica Maria da Glória Gohn (2014):

A educação não formal é um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas. Assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GONH, 2014, p. 40)

Sendo assim, a educação não formal pode ser um potencial meio de inclusão dos cegos, pois a cidadania não pode existir sem que os indivíduos tenham consciência dos seus direitos e deveres, inclusive do direito a educação.

Segundo Gohn (2014), foi nos anos 2000 que a terminologia “educação não formal” ficou conhecida e, a partir daí, muitas ONGs (Organizações não governamentais) e entidades desenvolveram trabalhos denominando-os de educação não formal. Gohn (2014) também relata que as entidades acabam fazendo parcerias para desenvolverem diferentes projetos nas áreas de informática, música, esporte, dentre outras.

Outro teórico importante no tocante a educação de deficientes é Levi Vygotsky. Segundo Nuernberg (2008, p. 308), “o interesse de Vygotsky por essas questões decorria tanto de preocupações científicas quanto de seu compromisso com as transformações políticas da época”. Foi buscando compreender as nuances da gênese social do psicológico, que Vygotsky começou a analisar a linguagem no desenvolvimento de surdos e cegos. Então – em 1925 – a pedido do governo, para atender as demandas educacionais de deficientes, ele criou um laboratório de psicologia para pessoas com deficiência. O autor apresenta a ideia de compensação social, que consiste, “numa reação do sujeito diante da deficiência, no sentido de superar as limitações com base em instrumentos artificiais, como a mediação simbólica” (NUERNBERG, 2008, p.309).

Deste modo, fica explícita a importância da teoria Vygotskyana para a educação, principalmente em espaços não formais, pois através de diferentes estímulos instiga-se o indivíduo a aprender e se apropriar da cultura a sua volta.

Vygotsky (1934/1997) não nega as limitações da cegueira enquanto restrição biológica, mas afirma que, socialmente, não há limitações, porque o cego, por meio da palavra, pode se comunicar e apreender significados sociais. No entanto, a inter-relação do indivíduo cego com o ambiente não se dá sem conflitos. Mas, segundo o autor, é devido ao fato do conflito existir que há forças para sua superação. (NUNES e LOMÔNACO, 2010, p. 59).

A educação não formal vem, aos poucos, ganhando força e despertando o interesse de educadores e pesquisadores, explicitando que este processo educacional se volta para a formação de cidadãos livres, emancipados,

portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com os outros.

Sendo assim, os espaços de educação não formal podem permitir as pessoas com deficiência visual não só o aprendizado cognitivo, mas também social, pois os meios de aprendizagem são diversificados e envolvem os sentidos, como a audição e o tato, impactando diretamente nos métodos e materiais a serem utilizados pelos educadores. Sobre isto, a autora Maria Lúcia Amiralian (1997), explica que

A característica específica da cegueira é a qualidade de apreensão do mundo externo. As pessoas cegas precisam utilizar-se de meios não usuais para estabelecerem relações com o mundo dos objetos, pessoas e coisas que as cercam: esta condição imposta pela ausência da visão se traduz em um peculiar processo perceptivo, que se reflete na estruturação cognitiva e na organização e constituição do sujeito psicológico. (AMIRALIAN, 1997, p. 21)

Desta forma, os processos de aprendizagens para pessoas com cegueira precisam não só de uma reinvenção, mas de pessoas que possam oferecê-los da maneira adequada, visto que “os educadores consideram que 80% da nossa informação é recebida pela visão” (AMIRALIAN, 1997, p.23). Como eles não possuem a visão, ainda que possam perceber vultos, distinguir o claro do escuro e realizar contagens em dedos, não se pode mediar a aprendizagem com os mesmos métodos e materiais que se oferece a pessoas sem deficiência.

Neste sentido, Nunes e Lomônaco afirmam:

*Contribuições da educação não formal para inclusão de pessoas cegas:
Um estudo realizado na associação beneficente dos cegos do Recife*

Claro que, devido à limitação visual, o indivíduo cego vai precisar de um ambiente diferenciado e adaptado, que dê conta de garantir a satisfação de suas necessidades. E toda essa vivência diferenciada define uma estrutura mental diferente daquele que vê, pois a pessoa cega precisa usufruir de outros caminhos para conhecer o mundo, o que marca outras formas de processo perceptivo e, por consequência, da estruturação e organização do desenvolvimento cognitivo. Este fato pode ser evidenciado com os conceitos de espaço e tempo. No caso do espaço, os elementos que dão as informações espaciais são diferentes para o vidente e para o cego: quem vê se utiliza muito mais da visão do que dos outros sentidos, enquanto o cego se utiliza mais de uma exploração tátil-cinestésica do ambiente. (2010, p.59)

Relacionado a isto, Falkenbach e Lopes (2010) em uma pesquisa acerca do ensino de educação física para alunos com cegueira, explicam que ao longo da história era comum que pessoas que portassem alguma deficiência ficassem em situação de segregação e sofressem preconceitos. No entanto, os autores reforçam a importância da inclusão no ensino e o aumento de oportunidade para pessoas deficientes. Eles complementam:

Em um modelo de sociedade inclusiva parece ser consenso a ideia de que é preciso reconhecer as diferentes potencialidades de cada ser humano, as pequenas conquistas valorizadas e considerar o processo durante a aprendizagem, pois cada momento é importante e serve como estímulo para desenvolver novos conhecimentos (FALKENBACH; LOPES, 2010, p.2).

Em outra pesquisa com a mesma temática, citada por Nunes e Lomônaco (2010), o que foi evidenciado no processo de aprendizagem das seis pessoas cegas entrevistadas foi o preconceito que sofriam e a falta de preparo dos

professores, além dos recursos não terem as adaptações necessárias para que eles pudessem aprender. Esse dado faz alusão as ideias de Vygotsky sobre o ensino para deficientes e seus processos de aprendizagem: aproveitar as potencialidades dos indivíduos para auxiliar a aprendizagem, ao invés de focalizar a deficiência que a pessoa tem.

Portanto, embora tenham ocorrido mudanças nas condições educacionais das pessoas com deficiência visual, estas ainda continuam a lutar contra a desvantagem social e para conquistar a sua cidadania. É exatamente por isso que a educação não formal se torna uma aliada e mais investigações sobre a temática se fazem necessárias.

Metodologia

A pesquisa de tipo etnográfico (ANDRÉ, 2005), de cunho qualitativo (MINAYO, 1994), como indicada, foi realizada em três etapas: a primeira, consistiu na observação do espaço e da vivência dos beneficiários da Associação, o objetivo da observação foi conhecer de perto a casa, identificar e compreender como eram realizadas as atividades e entender como se dava a vivência no referido espaço comunitário; a segunda etapa englobou a revisão da literatura sobre a temática e, por fim, na terceira etapa foram realizadas entrevistas, a partir de um roteiro semiestruturado, com seis beneficiários da casa, organizadas, categorizadas e analisadas à luz do referencial teórico

O campo em que a pesquisa foi realizada foi a Associação Beneficente dos Cegos do Recife, localizada no bairro de Afogados, em Recife-PE. Habitada por homens cegos e de baixa visão e diariamente frequentada por homens e mulheres com diferentes níveis de cegueira. A instituição em questão é um

sobrado de médio porte, possuindo quatorze quartos, uma cozinha, um grande refeitório, garagem, recepção, sala da direção e uma sala de assistência social. No mais, possui três salas externas para outras atividades (biblioteca, telemarketing e artesanato).

A Associação Beneficente dos Cegos do Recife possui cerca de cem beneficiários, sendo eles do gênero masculino e feminino. No entanto, apenas homens residiam no local, o que contabilizava quatorze moradores, ainda que o espaço permitisse até vinte residentes. Destaca-se que, dos seis beneficiários entrevistados, quatro eram residentes da casa, vindos de diferentes zonas rurais do estado, indo para Recife com o intuito de melhores condições profissionais. Os outros dois residiam próximo à cidade do Recife, um ia ao local apenas quando estava se apresentando em eventos na cidade, já que era músico, e o outro ia à instituição para participar das atividades educativas que o espaço oferecia, além dos demais benefícios: alimentação, amizades, torneios de dominó e festas.

As entrevistas foram realizadas com seis participantes, selecionados a partir de suas características individuais (no caso, a deficiência visual), bem como considerando o tempo de associação à casa, mínimo de um ano. O nome dos colaboradores foi omitido de modo a garantir o anonimato. As entrevistas foram gravadas em smartphone e posteriormente transcritas para que a análise dos dados fosse realizada a partir das indicações da Análise de Conteúdo de Bardin (2009), categorizadas e organizadas em prol dos objetivos da pesquisa. As entrevistas abrangiam onze perguntas acerca das atividades que ocorrem na instituição na ocasião e os impactos para a inclusão social dos entrevistados. Deste modo, a análise considerou a influência das participações nas atividades educativas dentro e fora da instituição, nas vidas dos entrevistados.

Sendo assim, os moradores serão chamados neste texto de Residente 1, Residente 2, Residente 3 e Residente 4, bem como, denominar-se-á os demais entrevistados de Circulante 1 e circulante 2. Sobre a caracterização dos entrevistados, todos eram homens. O Residente 1 tinha 27 anos e morava na instituição há dois; O Residente 2 tinha 21 anos e residia na ASSOBECEER há um ano e dois meses; o Residente 3 cuja idade na ocasião era 24 anos, residia na casa há quatro anos. Já o Residente 4 tinha 43 anos e morava na Associação há quatro anos. Em relação aos circulantes: o Circulante 1 tinha 37 anos e há dez frequentava a ASSOBECEER e o Circulante 2 tinha 54 anos e participava das atividades da casa há seis anos.

Resultados e Discussão

O intuito da Associação Beneficente dos Cegos do Recife é oferecer aos moradores e circulantes a possibilidade de estudar e trabalhar, garantindo a autonomia de suas subsistências. Como indica Amiralian:

As pessoas que são acometidas de cegueira na vida adulta, deparam-se com outros problemas: realização profissional, subsistência econômica e manutenção do papel social e familiar desempenhado antes da cegueira. Estas condições também estão estritamente relacionadas com as condições pessoais do sujeito, com as reações familiares, e com o conceito de cegueira anteriormente possuído. (1997, p.69).

Não é fácil para as pessoas cegas conseguirem espaço social, principalmente porque precisam se reinventar mediante as condições impostas

para uma sociedade não adaptada e não inclusiva em relação a cegueira. A este respeito, o Circulante 1 explica:

Bom, esse local foi feito justamente com esse intuito, pra oferecer facilidade à pessoa cega e com baixa visão que vem lá do interior, que tenha o intuito em estudar, trabalhar, e ele oferece essa comodidade da estadia e o serviço, né? De alimentação e roupa lavada. (CIRCULANTE 1).

Deste modo, a instituição buscava propiciar oportunidades para que os beneficiários conseguissem se estabelecer, permitindo que os cegos e pessoas com baixa visão adentrassem a instituição para receber o apoio necessário para novas conquistas.

Como apontado, os entrevistados são beneficiários da ASSOBECECER há pelo menos um ano, e acompanharam as atividades educativas não formais que havia no local e as mudanças que ocorreram. De acordo com suas falas, as atividades que ocorriam no espaço na antiga gestão eram: aprendizagem do sistema Braille, aprendizagem da escrita cursiva, prática de artesanato, terapia em grupo e aulas de informática. Também comentaram que acontecia anualmente um torneio de dominó na Associação e explicaram que as atividades de artesanato oferecidas eram biscuit e tapeçaria.

Para além disso, a Associação organizava eventos e passeios para os beneficiários. Dentre os passeios organizados, foram citados idas a clubes de campo, com banho de piscina e área para a prática de esportes, bem como idas a cinemas com exibição de filmes com áudio descrição, além de comemorarem festas temáticas, como festejos juninos típicos da região nordeste brasileira e celebrações de datas comemorativas (dia das mães, aniversariantes do mês, dentre outras). A imagem abaixo, localizada na portaria da Associação,

apresenta fotos dos beneficiários participando de diferentes eventos da instituição.

Figura 1 - Banner da Associação Beneficente dos Cegos do Recife que se encontra na portaria.



FONTE: autor

É interessante destacar que o Residente 1 explicou que, quando chegou, muitas dessas atividades já estavam escassas, havia apenas a aula de informática. Os entrevistados explicaram que as atividades foram finalizadas por questões financeiras.

Elas [as atividades educativas não formais] estão extintas devido à crise, a casa ainda está com problema devido ao déficit muito alto de dívida e a gente está trabalhando muito com braços e unhas pra tirar essa casa do vermelho, que não é de hoje pra amanhã, entendesse? Então, alguma coisa está parada por causa disso (RESIDENTE 1).

O Residente 1, além de alegar falta de recursos para a continuidade das atividades educativas, sugeriu a necessidade de doação e voluntariado para que outras atividades possam surgir e se manter:

Eu acredito que seja por falta de recurso mesmo, eu tenho certeza, por conta de falta de recursos, pessoas que estivessem doando essas possibilidades pra gente, voluntários também... (RESIDENTE 1).

As falas dos participantes também indicaram que a antiga gestão deixou uma grande dívida e que para pagá-la foi necessário fazer cortes e modificações, pelo fato de a Associação não ter mais condições de pagar pelo trabalho dos educadores:

O problema é o seguinte, com pouco que se tinha, não estava sabendo administrar. Faziam-se acordos, foi feito acordo com o

*Contribuições da educação não formal para inclusão de pessoas cegas:
Um estudo realizado na associação beneficente dos cegos do Recife*

mercado, mas não cumpriam os acordos. A *Celpe* (Companhia Energética de Pernambuco), por exemplo, a gente está equilibrando, mas também está com uma conta, mas está equilibrado. (RESIDENTE 4)

Ainda, além de trabalharem em conjunto nas atividades não formais, visto que não há voluntários e nem dinheiro para pagar quem lhes ofereça tais serviços, para complementar a renda, além das doações feitas pelos colaboradores, os circulantes e moradores da associação procuram outros meios de angariar fundos, como vender rifas.

Os entrevistados explicaram que novas atividades estão surgindo na casa, além da busca por parcerias com outras instituições e espaços de educação não formal, com o intuito de retomar as atividades que pararam. As atividades citadas que ocorriam na ocasião eram terapia em grupo, que acontecia uma vez a cada quinze dias guiada por um especialista cego e atividades musicais: aulas de teclado e violão, como explicam:

Oficializada mesmo, que a nossa diretriz da associação está trazendo, vai ser aula de teclado, violão e a terapia. Porque de fato estávamos sem nenhuma atividade e isso não seria tão divertido pra trazer uma visibilidade boa e chamar pessoas, e também transformar vidas de pessoas com deficiência (RESIDENTE 1).

São 14 residentes 365 dias no ano e a gente aqui tá com aula de teclado, aula de violão onde o próprio cego tá dando aula, morador daqui como voluntário, é no caso, cegos ensinando cegos. E a gente tem aqui interesse de implantar, como eu estava dizendo, curso de braile. Braile é o método que a gente aprende a se alfabetizar. A escrita cursiva, que é o método que aprendo a assinar meu nome. Aí chama de Escrita Cursiva. Tem

que ter uma pessoa capacitada pra isso pra ensinar a gente a aprender a fazer o nome da gente. (RESIDENTE 3)

Percebe-se que as atividades educativas realizadas na Associação Beneficente dos Cegos do Recife, contavam com o voluntariado dos próprios beneficiários por falta de dinheiro para manutenção da casa. Cegos transferindo suas experiências e construindo conhecimento com e para outros. Apesar desta situação não ideal, os beneficiários têm a possibilidade de serem ativos no cotidiano da instituição, utilizando suas habilidades e saberes para agregar na vida de outrem. Sobre isto, o Circulante 2, citou os motivos pelo qual buscou a ASSOBECEER:

Assim, quando eu comecei aqui o intuito era fazer parte daqui, dos cursos que aqui tinha. Tinha e vai voltar novamente, né? O interesse era mais no curso de informática. E também participar de eventos, de torneios de dominó e como é que se diz? No intuito de criar mais amizades e ser mais proativo. (CIRCULANTE 2)

Logo, as atividades não formais atraíram a atenção de pessoas com deficiência visual, que perceberam na instituição uma oportunidade de adquirir novos saberes e socialização. O Circulante 2 também sugeriu que o intuito da Associação é que todas as atividades voltem à medida que as condições financeiras melhorem, pois, há a necessidade de contratar pessoas para ensinar, além da compra de computadores e equipamentos novos adaptados para pessoas com cegueira. A atividade em que ele participava na ocasião era a terapia em grupo, na qual o psicólogo ia ao local quinzenalmente e reunia o grupo para compartilharem suas vivências, inquietações, sonhos e inspirações. Cada encontro teria uma diretriz, uma intencionalidade e um foco diferente.

Ainda, os entrevistados sugeriram que as atividades não formais oferecidas pela ASSOBECEER fomentavam a busca pela educação formal, indicando que pretendiam retomar os estudos formais e cursar alguma graduação futuramente.

Considerações Finais

Durante a pesquisa foi possível perceber a relevância da educação não formal como meio de inclusão de deficientes visuais, como é o caso do serviço prestado pela ASSOBECEER, em que os cegos encontram apoio, através de atividades que visavam a capacitação e contribuem para a ampliação do conhecimento e autonomia dos beneficiários. Foi possível identificar quais eram as práticas educativas oferecidas no local e compreender como elas impactavam a vida pessoal e profissional dessas pessoas através de suas falas.

Os dados indicaram que, apesar de poucas atividades serem oferecidas, através da educação não formal possibilitada pela Associação Beneficente dos Cegos do Recife, os beneficiários conseguiam encontrar apoio e praticar a cidadania, tornando-se pessoas com maior ciência de seus direitos e deveres, pois não só usufruíam dos benefícios da casa, como também recebiam informações acerca do que deveriam fazer fora da instituição e sobre seus direitos constitucionais. É interessante destacar ainda que os beneficiários sugeriram vislumbrar novas perspectivas de futuro através da retomada de seus estudos, destacando um possível ingresso em instituições de ensino superior.

Parafraseando Gohn (2014), as pessoas com deficiência também são responsáveis por tirar outros deficientes da invisibilidade e transformá-los em sujeitos. Não há exemplificação melhor do que a ASSOBECEER, uma casa

fundada por um cego, dirigida por cegos e que impacta diretamente a vida de outros deficientes visuais.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, M. L. T. **Compreendendo o cego**: Uma visão psicanalista da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

ANDRÉ, M. E. A. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2009

BRASIL, LDB. Lei 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

BRASIL. SNPD. **Cartilha do Censo 2010** – Pessoas com Deficiência. Brasília: SDHPR/SNPD, 2012.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

FALKENBAH, A. P.; LOPES, E. R. Professores de Educação Física diante da inclusão de alunos com deficiência visual. In: **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 118, set./dez. 2010

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das Pessoas com Deficiência** – garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FRANCO, J. R.; DIAS, T. R. S. A educação de pessoas cegas no Brasil. In: **Avesso do Avesso**. Araçatuba, v.5, p. 74-81, 2007.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de
Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.8 N.16 [2022]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.246083>

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 7. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002

GONH, M. G. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. In: **Investigar em educação** – II série, n. 1, 2014.

MACENA, K. P. S. Políticas Públicas educacionais: O Programa Escola Acessível e o debate acerca da inclusão social. In: **Espaço Público: Revista de Políticas Públicas**. UFPE: Recife, v. 4, 2019.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NUERNBERG, A. H. Contribuições de Vygotsky para a educação de pessoas com deficiência visual. In: **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008.

NUNES, S.; LOMÔNACO, J. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. In: **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, v.14, n. 1, 2010

RODRIGUES, O. S. Políticas Públicas Educacionais de Espaços Não Formais de Educação. In: **Revista Anápolis Digital**, v. 3, p. 11, 2012.

SARRAFI, V. P. **Reabilitação do Museu: Políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade**. São Paulo, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009

*Contribuições da educação não formal para inclusão de pessoas cegas:
Um estudo realizado na associação beneficente dos cegos do Recife*

Submissão em 05 de junho de 2020.

Aceite em 30 de junho de 2020.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de
Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.8 N.16 [2022]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.246083>